

Waldir Pires: país é displicente com gastos públicos

Ao depor na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios, o ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires, apontou perigo à democracia na aplicação incorreta de recursos públicos. Para ele, o país deve investir no controle social e na transparência dos gastos do governo. **Página 6**



Ideli vê postura audaciosa do Brasil nos fóruns internacionais

Ideli defende continuidade da política externa

A importância da manutenção da política externa brasileira no próximo governo, especialmente da aproximação promovida por Lula com os países da América Latina, foi ressaltada por Ideli Salvatti. Ela aponta o fortalecimento de posições de centro-esquerda na região. **Página 2**



José Sarney, Antonio Carlos, Luiz Otávio, Renan Calheiros e Mercadante acompanham Palocci (terceiro à direita) na chegada do ministro ao Senado

PALOCCI NA CPI DOS BINGOS

"Campanha de Lula não recebeu dinheiro de Cuba"

"Interesses políticos motivam denúncias de irregularidades"

Relator não pretende pedir indiciamento do ministro

O relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves, afirmou que, por enquanto, não pretende pedir o indiciamento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O senador ressaltou que ficará para o relatório final a decisão de citá-lo ou não. Ao depor ontem na CPI, Palocci disse duvidar de que o comitê eleitoral do então candidato Lula tenha recebido R\$ 3 milhões de Cuba. O ministro atribuiu a

interesses políticos locais parcela das denúncias de irregularidades em suas duas gestões como prefeito de Ribeirão Preto. Observou que "boa parte das denúncias foram arquivadas e as que ainda não foram esclarecidas estão em fase de apuração pelas autoridades". Em resposta aos senadores, garantiu que desconhecia a existência de caixa dois no PT e que não interferiu em negociações com fundos de pensão. **Páginas 4 e 5**



Depoimento de Palocci foi acompanhado com interesse pela CPI. Governistas abriram mão de tempo para que oposição esclarecesse dúvidas

Ministro terá que explicar operação tapa-buracos

A operação tapa-buracos, com a qual o governo pretende recuperar rodovias, será debatida na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e pelo diretor-geral do Dnit, Mauro Barbosa da Silva. No Plenário, senadores discutiram os gastos com a operação. **Página 8**



"Temos compromisso com a sociedade", afirma Pavan

Pavan quer obrigar governo a liberar emendas

O Congresso Nacional, segundo o senador Leonel Pavan, precisa encontrar uma maneira legal de garantir a liberação dos recursos das emendas parlamentares ao Orçamento da União. Outros senadores, como Sérgio Guerra e Paulo Paim, defenderam o fim da Comissão de Orçamento. **Página 8**

Fim da verticalização vale para este ano, afirma Renan

Defensor da verticalização, presidente do Senado entende, porém, que ela não se aplica à realidade de hoje, com 30 partidos. **Página 3**

Paulo Wolowski representará o Brasil na Bulgária e Carlos Guimarães estará à frente da embaixada no Gabão



Saturnino (C) preside reunião da CRE destinada a sabatinar Wolowski (E) e Guimarães

Relações Exteriores aprova indicações de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, pareceres favoráveis às indicações de dois embaixadores. Paulo Américo Veiga Wolowski, ministro de primeira classe do quadro do Itamaraty, teve sua indicação aceita para o cargo de embaixador na Bulgária e, cumulativamente, na Macedônia e na Bósnia-Herzegovina. Já Carlos Alberto Ferreira Guimarães, ministro de segunda classe, recebeu aprovação de seu nome para a embaixada na República do Gabão e, cumulativamente, do Congo.

O parecer favorável à indicação

de Wolowski é do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e o de Ferreira Guimarães, do senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG). Os nomes dos diplomatas foram acolhidos, cada um, com 12 votos. As designações serão agora examinadas pelo Plenário.

Durante apresentação do embaixador Paulo Wolowski, o senador Ney Suassuna sugeriu a criação de grupo parlamentar Brasil-Bulgária. O provável futuro embaixador no Gabão, Carlos Alberto Guimarães, afirmou que “há uma marcha muito grande no adensamento do comércio bilateral” entre o Brasil e aquele país.

Garibaldi: país deve aproveitar fase de crescimento global

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) analisou ontem, em Plenário, a necessidade de o Brasil tornar-se mais competitivo economicamente em virtude do processo de globalização pelo qual passa o planeta. Na opinião do senador, esse processo abrange todas as esferas da vida humana e é um fenômeno que “atingiu um estágio sem volta”.

– Não temos o direito de perder as oportunidades históricas de crescimento global – observou.

Da tribuna, ele afirmou que a democracia brasileira, apesar de consolidada, precisa de transformações que permitam mais transparência das atividades dos três Poderes. O sistema eleitoral, na interpretação de Garibaldi, precisa ser mais bem controlado tanto pela sociedade como pelo Judiciário e Ministério Público, para que se evite abuso econômico e utilização da máquina pública nas eleições. Com isso, argumenta, o país estará mais apto para competir globalmente.

– A sociedade deve ser, contudo, sempre o elemento condutor de todas essas reformas, pois deve partir dela o sentimento de que temos que mudar – enfatizou.



Garibaldi cobra medidas para ampliar a competitividade econômica do país



Crescimento da centro-esquerda na América Latina foi destacado por Ideli

Ideli defende continuidade da política externa

Em pronunciamento ontem, Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou a importância da manutenção da política externa brasileira no próximo governo, especialmente da aproximação promovida pelo presidente Lula com os países da América Latina.

Ideli, citando artigo de sua autoria publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo*, apontou a relevância do surgimento de novo cenário sul-americano, com a eleição de diversos presidentes de centro-esquerda. Ela mencionou ainda a estratégia do presidente Lula de fortalecer o Mercosul.

A senadora acredita que, no debate eleitoral em que a reeleição do presidente Lula estará presente, será preciso pensar além das fronteiras brasileiras. Ela destacou a posição do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a política de subsídios agrícolas, que, afirmou, tem sido fundamental para os países emergentes.

Além do “posicionamento audacioso do país nos fóruns internacionais”, Ideli aponta os acontecimentos recentes na América Latina como fatores impulsionadores da política externa adotada pelo governo Lula, em seu esforço de aglutinar interesses comuns.

– Com Lula, Kirchner [Argentina], Tabaré Vasquez [Uruguai] e Michele Bachellet [Chile], além da perspectiva de vitória da centro-esquerda no México, de vitória de um nacionalista no Peru, da derrota de Uribe na Colômbia, e da manutenção de Chávez na Venezuela, haverá o fortalecimento de posições de centro-esquerda – disse.

Ideli destacou encontro de Lula com os presidentes da Argentina e da Venezuela para acertar a criação de um banco de fomento para os países latino-americanos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senado presta homenagem às vítimas do Holocausto

O Senado fará hoje, às 10h, sessão especial para marcar o Dia Internacional de Recordação das Vítimas do Holocausto. A homenagem foi requerida pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA). A data, 27 de janeiro, definida em 2005 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, marca o dia em que os prisioneiros do maior campo de concentração nazista, Auschwitz-Birkenau, foram libertados. A resolução da ONU pede aos Estados-membros que “montem programas educativos para gravar na memória o ensinamento do Holocausto a fim de prevenir atos de genocídio”.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Mão Santa e Romeu Tuma



Fátima Cleide faz apelo ao governador Ivo Cassol para investir mais no setor

Fátima Cleide critica política de segurança em RO

Em nome da liderança do PT, a senadora Fátima Cleide (RO) criticou ontem a política de segurança pública do governador de Rondônia, Ivo Cassol. De acordo com ela, o número de rebeliões ocorridas no estado simboliza o descaso do governo com o setor. Fátima Cleide explicou que a imprensa tem registrado até revoltas em presídios femininos.

A senadora disse que está disposta a somar forças para mudar essa situação e fez um apelo ao governador Ivo Cassol para investir na segurança do estado.

Fátima Cleide saudou ainda Rondônia e Porto Velho que festejam os 24 anos de instalação do estado e do município, capital de Rondônia.



Flexa Ribeiro informa que fábrica vai contratar 400 egressos de penitenciárias

Flexa Ribeiro elogia inserção social de ex-detentos no Pará

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou ontem a inauguração da Fábrica Esperança, em Belém, que empregará trabalhadores egressos do sistema penitenciário do Pará. Segundo ele, serão contratados 400 ex-detentos no primeiro ano de atividades. A fábrica terá três unidades: produção de uniformes, de bolas esportivas e de serigrafia para tecidos e bolas.

– O Pará é o primeiro a seguir as exigências da Lei de Execuções Penais, que obriga os estados a dar assistência a ex-presidiários depois do cumprimento de suas penas ou enquanto estiverem no período de prova de indulto ou em liberdade condicional – ressaltou.

Presidente do Senado explica que defende a norma como consequência da reforma política, ainda não votada na Câmara. Mas, conforme disse, verticalizar com 30 partidos seria o "caos"

Fim da verticalização vale para este ano, acredita Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem estar convencido de que já valerá para as eleições deste ano a regra que libera os partidos de seguirem no plano estadual as alianças políticas feitas no plano nacional. A proposta de emenda à Constituição que acaba com a verticalização foi aprovada na quarta-feira, em primeiro turno de votação, na Câmara dos Deputados, faltando agora ser examinada em segundo turno nessa Casa antes de ser promulgada e entrar em vigor.

– Não tenho nenhuma dúvida de que valerá para este ano, porque a Câmara dos Deputados acaba de votar uma emenda constitucional que já foi votada pelo Senado Federal em 2002. Estão votando na Câmara o que o Senado já havia votado, uma alteração na Constituição. Portanto, terá plena eficácia – garantiu.

Na entrevista, Renan Ca-



Renan não crê na eficácia da regra com o atual quadro político brasileiro

lheiros foi questionado por um jornalista sobre a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nessa votação e sobre o interesse governamental em obter uma coligação com o PMDB nas eleições deste ano. O presidente do Senado deixou claro que não falou com o presidente da República depois da votação.

– Conversei antes. Ele nos chamou para uma conversa e

afirmou que não tinha nada contra a derrubada da verticalização, diferentemente do que entendia o seu partido, o Partido dos Trabalhadores – informou.

Reforma política

Particularmente, Renan Calheiros se disse satisfeito com o resultado da votação na Câmara dos Deputados. Ele explicou que defende a verticalização como conceito, como consequência da reforma política, que ainda aguarda apreciação na Câmara, mas não acredita em sua eficácia no quadro político que aí está.

– Não concordo com a verticalização como pressuposto, como primeiro passo da reforma. Porque uma coisa é você verticalizar com cinco ou seis partidos, como consequência da reforma. Outra coisa é você verticalizar com 30 partidos. É o mesmo que verticalizar o caos – enfatizou Renan.



Ana Júlia destaca que salário teve aumento real de 24% em três anos

Para Ana Júlia, mínimo de R\$ 350 é decisão corajosa

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou da tribuna o anúncio feito pelo governo federal do reajuste do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350, que deverá entrar em vigor em abril. O aumento, disse a senadora, beneficiará 24 milhões de trabalhadores e 40 milhões de segurados da Previdência Social.

– Ao contrário do que dizem os críticos do governo, a decisão não foi eleitoreira, foi corajosa, uma vez que altera contas da Previdência Social e das prefeituras – assinalou.

Para ela, o novo mínimo incorpora um ganho real de 24% e marca o rompimento de um ciclo de 20 anos de queda do poder de compra.



Serys ressalta que resultados já são melhores que os do governo anterior

Serys: aumento pode amenizar as desigualdades

Ao elogiar a decisão do governo de elevar o salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse ontem que o reajuste terá um impacto positivo, diminuindo as desigualdades sociais. Serys afirmou que o reajuste significa aumento real de 13% em relação ao valor do ano passado.

– É a maior variação desde 1996, o que mostra que o presidente Lula vem encaminhando a contento seus compromissos assumidos na campanha eleitoral – observou.

Serys assegurou que os resultados do governo do PT já se mostram bem superiores aos verificados ao longo dos oito anos de Fernando Henrique Cardoso.

José Jorge aplaude a decisão da Câmara



José Jorge

José Jorge (PFL-PE) aplaudiu a decisão da Câmara dos Deputados de aprovar, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 548/02) que acaba com a verticalização das coligações partidárias no

país. O parlamentar disse que o Senado já havia aprovado a derrubada do sistema, implantado por resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desde 2002.

Na avaliação do senador, a verticalização tem caráter antidemocrático e representou retrocesso na política brasileira. O fim da exigência de que as coligações nos estados reproduzam os acertos partidários para a eleição nacional aprimora o sistema eleitoral e a democracia, observou José Jorge.

Em relação a questionamentos sobre a validade dessa nova regra, que entraria em vigor menos de um ano antes da eleição nacional de 2006, ele considerou inócua pelo fato de a mudança ocorrer via emenda constitucional, e não por projeto de lei. Outro avanço eleitoral apontado pelo senador foi a aprovação da cláusula de barreira, que nega assento no Congresso aos partidos que não alcançarem o mínimo de 5% dos votos nas eleições proporcionais.

Sibá relata visita do presidente Lula ao Acre



Sibá Machado

O senador Sibá Machado (PT-AC) relatou ontem a visita do presidente Lula ao Acre, no fim da semana passada. Na ocasião, além de inaugurar a ponte que liga o Brasil ao Peru, Lula anunciou a liberação de

recursos e a assinatura de convênios para novos assentamentos rurais, alcançando todos os municípios do estado.

Sibá lembrou que, desde a criação do Acre, apenas quatro presidentes, em dez oportunidades, foram ao estado. Dessas dez visitas, ressaltou, seis foram feitas por Lula. O parlamentar também registrou a presença de diversos ministros do governo na comitiva que acompanhou o presidente, destacando o da Fazenda, Antonio Palocci.

– A presença dele [Palocci] no Acre foi um símbolo para o estado, que, pela primeira vez, recebeu um ministro dessa pasta – disse.

Sibá manifestou sua confiança em Palocci, ao dizer que, em seu depoimento à CPI dos Bingos, o ministro “respondeu a todas as perguntas de maneira tranqüila, respeitosa e objetiva”.

O senador comemorou ainda a redução da taxa de desemprego, de 9,6% em novembro para 8,3% em dezembro de 2005, anunciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em depoimento na CPI dos Bingos, ministro da Fazenda rebate denúncias de irregularidades e diz que não pretende concorrer às eleições deste ano

Célio Azevedo



Entre Renan Calheiros (E) e Efraim Morais, Palocci afirma que somente no final das investigações processará os que o acusam

Palocci não crê em dinheiro de Cuba na campanha de Lula

Respondendo a indagação do senador Romeu Tuma (PFL-SP) durante depoimento à CPI dos Bingos, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse duvidar de que o comitê eleitoral do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva tenha recebido US\$ 3 milhões vindos de Cuba. Ele declarou não acreditar, também, na versão divulgada nos últimos dias de que, em vez de uma doação de Cuba para a campanha, o dinheiro estaria apenas retornando ao Brasil através de uma operação da qual teriam participado pessoas ligadas ao ex-ministro José Dirceu.

Sobre uma possível participação do motorista do Ministério da Fazenda no Rio, Éder Eustáquio Soares de Macedo, no episódio dos dólares supostamente vindos de Cuba, Palocci afirmou que as investigações demonstrarão que o funcionário não tem envolvimento em nada.

O ministro chegou a dizer ao senador Heráclito Fortes (PFL-PI) que apostava qualquer coisa na inocência do servidor.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) criticou a contratação do ex-diplomata Renê Loncan para prestar serviços de tradução ao Ministério da Fazenda. Segundo o parlamentar, Loncan foi demitido do serviço público por improbidade. Palocci respondeu que o ministério não contratou o ex-funcionário público, mas abriu licitação vencida pela empresa na qual Loncan trabalha atualmente.

– As informações que recebem conta de que Renê Loncan possui conhecimento na área de transferência de dinheiro para paraísos fiscais, especialmente Luxemburgo e Ilhas Jersey, os mesmos utilizados por Paulo Maluf – afirmou Antero.

Arthur Virgílio (PSDB-AM)

expressou sua insatisfação por não encontrar no ministro Palocci disposição para processar pessoas que o vêm acusando, como o ex-assessor Rogério Tadeu Buratti.

– Vossa senhoria o tem poupado, o que a mim me constrange um pouco – observou o líder do PSDB.

Palocci respondeu que processará todos os que o acusaram, mas somente ao final das investigações.

Eduardo Suplicy (PT-SP) testemunhou que em 25 anos de convivência com Palocci nunca viu qualquer impropriedade no seu procedimento ético. Já Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o depoimento do ministro esclareceu várias de suas dúvidas.

Autor do requerimento que propôs a criação da CPI dos Bingos, Magno Malta (PL-ES) advertiu que a comissão estaria desviando o foco de suas investigações.

Ministro atribui denúncias a interesses políticos locais

O ministro Antonio Palocci atribuiu a interesses políticos locais boa parte das denúncias sobre supostas irregularidades que teriam sido cometidas durante a sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto (SP). Ele citou diversas denúncias já arquivadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e reiterou que não pretende concorrer às eleições deste ano.

– Toda vez que alguém acha que vou ser candidato a alguma coisa, esses assuntos aparecem. Nesta eleição não serei candidato a nada, acho que estou contribuindo com meu país e, enquanto o presidente Lula achar importante, vou manter meu trabalho – anunciou Palocci, ao responder a questionamentos do relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN).

O ministro desmentiu a denúncia de que a prefeitura de Ribeirão

Preto teria recebido R\$ 50 mil mensais da empresa Leão Leão.

Garibaldi apontou, então, “fortes indícios” de que a prefeitura teria aumentado a extensão da área de varrição, na limpeza pública, supostamente para beneficiar a Leão Leão. Em resposta, Palocci confirmou o aumento da área de varrição, que estaria ligado à extensão do serviço a bairros populares.

Questionado pelo relator a respeito das inúmeras ligações telefônicas entre seu assessor Ademirson Silva, o ex-secretário de Finanças de Ribeirão Preto Ralf Barquete e o funcionário da prefeitura Vladimir Poletto, Palocci disse também haver estranhado o número e conversado com Ademirson. O assessor lhe teria informado que os temas tratados seriam “de cunho pessoal”.

Senadores perguntam sobre Ribeirão Preto e caixa dois

“Nenhum de nós está acima de qualquer suspeita, por mais importante que seja o cargo que ocupemos.” A afirmação foi feita por Antonio Palocci ao avaliar comentário de Jefferson Péres (PDT-AM) segundo o qual o ministro estaria em uma “posição delicada”, em função das denúncias de supostas irregularidades que teriam ocorrido nos dois períodos em que Palocci foi prefeito de Ribeirão Preto, nos anos 90.

– Boa parte das denúncias foram arquivadas e as que ainda não foram esclarecidas estão em fase de apuração pelas autoridades – disse o ministro da Fazenda.

Em resposta a José Jorge (PFL-PE), Palocci explicou que não poderia assumir “integralmente” a nomeação de funcionários para cargos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista ligadas ao ministério,

como a Casa da Moeda, Serpro e Banco do Brasil.

– São mais de 250 mil pessoas no quadro do ministério e das empresas vinculadas. Nomeei seis secretários do ministério e sobre eles assumo total responsabilidade – destacou Palocci.

Em resposta a Alvaro Dias (PSDB-PR), o ministro voltou a afirmar que o Ministério Público não detectou nenhuma irregularidade envolvendo o seu nome em contratos mantidos entre a prefeitura de Ribeirão Preto e a empresa Leão Leão.

O ministro assegurou a César Borges (PFL-BA) que desconhecia a existência de caixa dois no PT, que não interferiu em negociações com fundos de pensão e que o governo brasileiro não concedeu facilidades ao governo de Angola no reescalonamento da dívida externa.

Governistas cedem espaço para oposição

A maioria dos senadores governistas abdicou do direito de inquirir Palocci para permitir que os opositores tivessem mais tempo de esclarecer suas dúvidas. A atitude foi considerada pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), uma mostra de transparência e de contribuição para que o Le-

gislativo exercesse seu papel de fiscalizador do Executivo.

Por outro lado, Mercadante provocou a reação de alguns senadores quando sugeriu que foram desferidos ataques políticos com o objetivo de apequenar o trabalho do ministro.

Romeu Tuma (PFL-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) ne-

garam qualquer tentativa de apequenar a atuação de Palocci. Virgílio classificou a opinião emitida por Mercadante como não estando à altura “da consideração que os parlamentares da oposição demonstraram a Palocci”. Mercadante observou que a própria ida do ministro a uma CPI que investiga jogos ape-

quena o cargo que ele ocupa.

– Não acredito que o senador Mercadante quisesse imputar à oposição uma postura agressiva à minha pessoa. Saio daqui engrandecido não apenas pelos colegas da situação, mas pelo conjunto do diálogo que mantive com todos os senadores – encerrou Antonio Palocci.

Para o relator da CPI, ministro esclareceu a maioria das dúvidas dos parlamentares. Já Demostenes contestou informações de assessor da Fazenda sobre ligações telefônicas e José Agripino questionou serviço de limpeza em bosque de Ribeirão Preto

Segundo Virgílio, faltou indignação nas respostas

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), considerou "pouco incisivo" o depoimento do ministro da Fazenda à CPI dos Bingos. Mesmo elogiando Palocci como uma "pessoa inteligente e habilidosa", o senador disse em entrevista que o ministro "vacilou em alguns momentos" e não demonstrou a devida indignação diante de acusações de ex-auxiliares como o advogado Rogério Buratti.

– [Palocci] teria de ser mais incisivo, demitindo pessoas ligadas a esses casos e que estão ainda na administração, em torno dele, e processando todo e qualquer cidadão que ele julgue que o tenha ofendido. Perguntamos se Buratti era mentiroso, ele dizia: "não falou a verdade". Mas não dizia: "é mentiroso". Ou seja, faltou a indignação – criticou.

Para Virgílio, Palocci é "peça chave para o equilíbrio econômico" e, caso venha a ser citado no relatório da CPI, isso deve ser feito "de maneira habilidosa".

"Política econômica deve ser do país, para garantir crescimento"

A política econômica deve ser cada vez mais uma política "do país", disse ontem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e não apenas de uma parte do país. Com isso, previu, poderiam ser aprofundadas as medidas capazes de garantir o crescimento sustentável da economia ao longo dos próximos anos.

– Deveríamos promover um diálogo para construir um processo de longo prazo na área econômica, que sirva de base a qualquer governo e que possa ajudar o Brasil hoje e no futuro – afirmou Palocci, em resposta a comentário feito pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), durante reunião da CPI dos Bingos.

Antonio Carlos observou que Palocci é mais vítima do "fogo amigo" – de integrantes do governo – do que da oposição, que tem defendido a sua gestão à frente do Ministério da Fazenda.

Já Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou a atuação do ministro na área externa e disse que o Brasil está hoje bem menos vulnerável.

Garibaldi diz que "no momento" não pedirá indiciamento de Palocci

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da CPI dos Bingos, afirmou que, no momento, não pretende pedir o indiciamento por improbidade administrativa do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que prestou depoimento ontem. O senador, no entanto, disse que ficará para o relatório final a decisão de citá-lo ou não.

Na opinião de Garibaldi, Palocci esclareceu a maioria das dúvidas dos parlamentares. Ele ressaltou, porém, que não foi explicado o caso em que o PT é acusado de ter recebido dinheiro do governo de Cuba para custear parte da campanha eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da qual Palocci foi coordenador; nem esclarecido o relacionamento do ministro com



Relator da CPI dos Bingos, Garibaldi diz que decisão ficará para a fase de relatório final

seus ex-auxiliares, como Rogério Buratti.

– Se eu fosse ele, já teria me preocupado há muito tempo. Ele se preocupou um pouco tarde – comentou o relator ao ser perguntado por um repórter se

Palocci poderia ter se mantido "puro" depois de andar por tanto tempo em más companhias.

Já o presidente da comissão, Efraim Morais (PFL-PB), disse que Palocci não foi convincente em todas as suas respostas.



Senadores que integram a CPI dos Bingos durante depoimento do ministro da Fazenda Antonio Palocci, que durou mais de cinco horas

Assessor do ministro mentiu, afirma Demostenes

Demostenes Torres (PFL-GO) contestou a justificativa apresentada pelo assessor do Ministério da Fazenda Ademirson Silva a Palocci, a respeito das mais de 2 mil ligações, detectadas pela CPI, entre o assessor e os ex-funcionários da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) Vladimir Poletto e Ralf Barquete. Segundo Demostenes, ao contrário do que afirma Ademirson, esse total não inclui ligações duplicadas.

– Ademirson mentiu para vossa senhoria. Nós temos um *software* que elimina as coincidências – disse Demostenes a Palocci, durante depoimento à CPI.

Pouco antes, quando questionado pelo relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho, Palocci

informou que Ademirson discordou dos números apurados na quebra de sigilo alegando que o total continha telefonemas feitos no mesmo horário ou até mesmo ligações que foram iniciadas antes que a anterior tivesse sido finalizada.

José Agripino (PFL-RN) questionou o fato de as medições da varrição do bosque municipal de Ribeirão Preto apontarem números divergentes entre a gestão do então prefeito Antonio Palocci e do atual, Welson Gasparini. A planilha de 2001, segundo o senador, aponta uma média de 46 quilômetros varridos por dia no bosque. Na de 2005 esse número totaliza 9 quilômetros.

Em depoimento à delegacia de

polícia de Ribeirão Preto, disse, dois ex-funcionários da unidade responsável pelo controle de medições denunciaram que a chefe do Departamento de Água e Esgoto da prefeitura, Isabel Bordini, os obrigava a assinar ordens de serviço de varrição superfaturada. Com isso, a Leão Leão recebia sem ter realizado o serviço.

– O marido de Isabel, Donizeti Rosa, que hoje é diretor do Serpro, era o presidente do PT em Ribeirão Preto. Tenho o direito de imaginar que o dinheiro coletado ilícitamente era repassado ao PT – comentou Agripino.

Palocci rebateu argumentando que também tinha o direito de supor que os dois ex-funcionários não teriam falado a verdade.



Para José Maranhão, empreendimento vai beneficiar o Nordeste e o país

José Maranhão quer pólo petroquímico no estado da Paraíba

A instalação de um pólo petroquímico tornou-se um das principais pleitos da bancada da Paraíba no Congresso Nacional para enfrentar o progressivo esvaziamento econômico do estado. Um dos defensores do projeto, o senador José Maranhão (PMDB-PB) aposta no empreendimento como uma alavanca decisiva para o desenvolvimento não só da região Nordeste, mas também de todo o país.

Segundo afirmou ontem, em discurso, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) já detectou a presença de gases e óleo em quase todos os poços perfurados na Bacia do Rio do Peixe. Foi descoberto ainda petróleo em Sousa, no sertão paraibano, e identificada a possibilidade de exploração do mineral no mar.

– Em breve deverão ocorrer as primeiras licitações para a exploração dos poços – informou.

Reunião do DocTV IB define concurso de documentários

Foi encerrada ontem em Brasília a Oficina de Planejamento do Programa de Fomento a Produção e Teledifusão do Documentário Ibero-Americano (DocTV IB). O programa se destina a estimular a produção de documentários nos 15 países que o integram.

Durante o encontro, promovido pelo Ministério da Cultura, foram discutidos os concursos para selecionar os 15 roteiros (um por país) que serão filmados. Cada projeto receberá US\$ 100 mil para sua produção. Os documentários serão exibidos em canal aberto da Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Porto Rico, Cuba, México, Portugal e Espanha.

O DocTV IB surgiu em consequência dos bons resultados do DocTV Brasil, realizado em parceria pela Secretaria do Audiovisual do ministério.

Ao falar à CPI dos Correios, ministro destaca a ação da Controladoria e sugere medidas de combate à corrupção



Waldir (D), ao lado de Delcídio, defende alteração de lei sobre proibidade administrativa

Brasil é displicente com gastos públicos, afirma Waldir Pires

Em depoimento à CPI dos Correios, o ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires, disse ontem que o Brasil é displicente com os gastos públicos. A seu ver, para que se modifique o cenário que leva à corrupção é preciso que sejam feitos investimentos no controle social e na transparência das despesas do governo. Ele defendeu a alteração das normas sobre a proibidade administrativa e propôs que seja ampliada a articulação entre os órgãos fiscalizadores.

Falando aos senadores da Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI, Waldir Pires salientou que a displicência com os gastos públicos representa uma ameaça à democracia. "Sem a correta aplicação dos recursos públicos, a democracia está em perigo", enfatizou.

Ele afirmou que a "pedra angular" na luta contra a corrupção é a articulação entre os órgãos de controle e fiscalização do governo – como pregaram outros expositores na sub-relatoria. Sem os poderes investigativos da Polícia Federal e do Ministério Público (MP), a Controladoria Geral da União (CGU) firmou convênios com o Tribunal de Contas da União, o MP, o Ministério da Fazenda, a Advocacia Geral da União e outros órgãos, o que conferiu "interação e mais agilidade nas ações".

– Estamos avançando porque uma das coisas que não existia e hoje estamos conseguindo é o compartilhamento de dados sigilosos, com a devida reserva na utilização.

O ministro defendeu o acesso da população às informações sobre os gastos públicos. Ele disse que o Portal da Transparência, criado pela CGU, contém mais de 275 milhões de informações para que o cidadão possa identificar as transações do governo e como está sendo realizada a aplicação de recursos federais. Informou que o portal permite o controle de gastos que já somam R\$ 1,7 trilhão. Até o ano passado, 1.375 agentes municipais e lideranças comunitárias receberam capacitação, além de cartilhas para instruir os cidadãos a denunciarem irregularidades. Entre 2003 e 2005, a Ouvidoria recebeu 6.500 manifestações da população com sugestões de investigação de irregularidades, assinalou.

Correios

A necessidade de votação do projeto de criminalização do enriquecimento ilícito, enviado pelo Executivo em julho de 2005 ao Congresso, com penas de reclusão de três a oito anos e pagamento de multas, foi lembrada pelo ministro. Além disso, citou estudos da CGU para a elaboração de proposta visando ao aperfeiçoamento da prestação de contas e uma norma para impedir os saques em espécie de contas públicas.

A divulgação do relatório com a auditoria da CGU nos contratos firmados pelos Correios, no fim do ano passado, também foi lembrada por Waldir Pires. Ele citou os 257 contratos e licitações que sofreram auditoria, a instauração de 32 processos e o afastamento de 17 servidores da estatal.

Deputados vão aos EUA buscar dados das contas de Duda

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), anunciou que uma missão do colegiado viaja nesta segunda-feira aos Estados Unidos, para tentar, com autoridades americanas, obter dados relativos a contas do publicitário Duda Mendonça. O grupo será composto pelo relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e pelos relatores adjuntos deputados Maurício Rands (PT-PE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ). Eles permanecerão nos EUA até o dia 2 de fevereiro.

Por sua vez, Serraglio comentou a notícia segundo a qual o presidente Lula estaria aborrecido com declaração feita pelo deputado à revista *Veja*, de que seria citado no relatório final.

– O fato de alguém constar no relatório não significa que esteja envolvido. No relatório se relata tudo o que foi visto, mas é no voto que se começa a qualificar as condutas, e eu não revelei o meu voto – observou o parlamentar.

Filho de Marinho se diz vítima de assédio moral

O servidor de carreira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Maurício da Silva Marinho, filho de Maurício Marinho, pivô do escândalo que deu origem às investigações da CPI dos Correios, afirmou que vem sendo vítima de "assédio moral" na empresa.

No depoimento que prestou ontem à Sub-Relatoria de Contratos da CPI, Silva Marinho protestou diante do fato de o nome dele ter sido citado no relatório do Tribunal de Contas da União sobre auditoria na estatal, sem que tenha tido oportunidade de se defender.

Também depôs na sub-relatoria a chefe do departamento jurídico dos Correios, Maria de Fátima Moraes Seleme. Ela falou, entre outros assuntos, sobre a série de reequilíbrios financeiros realizados nos contratos da Rede Postal Noturna (RPN). Segundo disse, as revisões são necessárias devido a altas do dólar e *leasing* de aeronaves, entre outros fatores.

Operador de mercado sustenta as acusações contra Gushiken e Sereno

O operador de mercado Alexandre de Athayde Francisco reafirmou à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, acusações contra Luiz Gushiken, ex-secretário de Comunicação do governo Lula, e o ex-dirigente petista Marcelo Sereno. Segundo sustentou, os dois intermediaram negócios fraudulentos de fundos de pensão, como Real Grandeza (Furnas) e Prece (Cedae), contribuindo para o enriquecimento ilícito de empresários e para o financiamento de campanhas de candidatos do PT.

Entre os empresários que teriam enriquecido, Athayde citou Haroldo de Almeida Rego e seus filhos Murilo e Christian, e, com relação a candidatos petistas que teriam sido financiados em 2002, apontou Benedita da Silva, Fernando Gusmão e Lindberg Farias.

A sub-relatoria decidiu convocar o corretor de ações para depor como testemunha ao receber dele um dossiê sobre suposta sistemática de negócios fraudulentos que teriam causado prejuízo de milhões de reais a fundos de pensão, entre eles Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Portus (Portobrás).

Em seu depoimento, Athayde Francisco reconheceu ter mantido

relações de amizade e de negócios com a família Almeida Rego até julho de 2000, quando teria rompido com Haroldo, em função de negócios com ações da Bombril. De acordo com o operador de mercado, depois do rompimento, ele recebera ameaças de morte por parte de Christian, filho de Haroldo. Diante disso, e do grande prejuízo que sofrera, segundo relatou aos parlamentares, decidiu afastar-se por algum tempo do mercado de ações. Somente em 2005, disse, retornou ao mercado e elaborou o dossiê para denunciar os negócios que deram prejuízo aos fundos.

Conforme o corretor de ações, são muitos os tipos de negócios que podem dar prejuízos milionários aos fundos de pensão, mas, em geral, os esquemas visam provocar perdas em relação aos preços das ações. Ele explicou que, num primeiro momento, os fundos compram papéis em quantidade vultosa, para aumentar artificialmente sua cotação. Depois de várias compras e vendas, o preço cai e o fundo, como comprador final, fica com o prejuízo. O lucro vai, então, para as mãos dos operadores que compraram na baixa (antes de o fundo comprar e inflar seu preço) e venderam depois que o preço subiu, acrescentou.



Alexandre de Athayde apresenta documento a ACM Neto, sub-relator de Fundos de Pensão



Modelo orçamentário brasileiro está saturado, sustenta Heráclito

Heráclito critica alteração de emenda para Teresina

Depois de atestar a saturação do modelo orçamentário brasileiro, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que, este ano, se extrapolou no desrespeito aos termos acordados e aprovados pelo Congresso em relação ao Orçamento da União. A indignação do parlamentar voltou-se para a adulteração de emenda parlamentar que, ao ser liberada pelo governo federal, desviou para o governo do estado R\$ 12 milhões destinados ao governo municipal para a revitalização do centro de Teresina.

– É lamentável esse episódio. Vou cobrar esse assalto feito à cidade de Teresina – prometeu Heráclito.



Raupp: Ibama ainda não concedeu licença ambiental para a obra

Valdir Raupp cobra construção de gasoduto

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou, ontem, da ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Roussef, e do ministro de Minas e Energia, Silas Cavalcante Silva, a conclusão do projeto do gasoduto Urucu-Porto Velho.

Conforme frisou o senador, a obra é uma das promessas de campanha até agora não cumprida pelo presidente Lula e depende de licença ambiental parcial, ainda não concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Raupp alertou que a licença ambiental já consumiu um prazo superior ao previsto para a própria obra.

Em 1991, seis das dez maiores universidades eram públicas. Em 2004, apenas três estabelecimentos oficiais entraram nesse grupo, segundo o senador

Universidades públicas perdem no ranking das maiores, diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lamentou a queda da participação das universidades públicas no ranking das dez maiores instituições de ensino superior, de acordo com levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação, feito a partir do Censo da Educação Superior de 2004. O estudo foi divulgado nesta semana pela *Folha de S. Paulo*.

Mão Santa disse que, em 1991, das dez maiores universidades, seis eram públicas; em 2004, o número de instituições públicas neste ranking caiu para três, entre elas a Universidade Estadual do Piauí (Uespi).

– Essa é a nossa preocupação. As universidades públicas estão se extinguindo. Nada contra entidades privadas, mas a maioria dos jovens não tem condições de pagá-las – afirmou, lembrando que, enquanto o salário mínimo deve passar para R\$ 350, há faculdades



Universidades públicas estão se extinguindo, observa Mão Santa

privadas de Medicina cujas mensalidades chegam a R\$ 4 mil.

Em aparte, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) defendeu a criação de centros culturais para desenvolver regiões do interior. Mão Santa concordou e frisou que o desenvolvimento de Petrolina (PE) deve-se em grande parte à Universidade de Agronomia de Juazeiro (BA), cidade vizinha. Também o senador José Maranhão

(PMDB-PB) defendeu a interiorização do ensino superior.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) destacou a coragem de Mão Santa que, quando governador do Piauí, levou o campus da universidade para diversas localidades do interior do estado.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou a situação por que passam as universidades públicas, defendendo a revitalização dessas instituições. Ele observou que na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), localizada em seu estado, o único telefone para contato é o celular do reitor, pago com recursos próprios.

Já o senador Sibá Machado (PT-AC) enalteceu a iniciativa do governo na criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsa de estudos em instituições de educação superior privadas a estudantes brasileiros de baixa renda.



Dez pacientes com câncer já morreram na Paraíba, adverte Ney Suassuna

Suassuna lamenta mortes por falta de atendimento

Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou sua tristeza diante de informação veiculada em *site* da Paraíba, segundo a qual existe uma “lista da morte” integrada por pacientes que aguardam atendimento no Hospital Napoleão Laureano, único especializado no tratamento de câncer no estado. O senador informou que a instituição atende cerca de 1.200 pessoas por mês, com uma verba mensal de apenas R\$ 509 mil.

– Dez pessoas que faziam parte da lista morreram e isso deve continuar acontecendo – alertou, ao dizer que é preciso apurar se a responsabilidade pelo que vem ocorrendo é do governo federal ou estadual.



Heloísa salienta que profissionais são o principal símbolo dos Correios

Heloísa Helena homenageia carteiros

Os carteiros foram homenageados ontem por Heloísa Helena (PSOL-AL). Em Plenário, a senadora lembrou que o Dia dos Carteiros havia sido comemorado na quarta-feira e ressaltou que “esses profissionais são o principal símbolo dos Correios”.

Heloísa afirmou que “o trabalho dos carteiros exige um rigor ético muito grande”. Referindo-se ao escândalo de corrupção que envolve os Correios, ela também destacou que a instituição “é uma estrutura muito poderosa, com claras demonstrações de qualidade técnica”, e que acabou sendo vítima de crimes promovidos por “alguns delinquentes da política”.

Amir Lando faz alerta sobre dengue e malária

O senador Amir Lando (PMDB-RO) fez um alerta ontem sobre o recrudescimento da dengue e da malária em Rondônia e agradeceu à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) pelo envio ao estado de uma equipe de profissionais que organizarão duas oficinas de combate a essas doenças. O parlamentar também pediu a criação de uma comissão externa do Senado para acompanhar a luta contra as endemias.

– As endemias de malária e



Amir Lando pede comissão externa do Senado para acompanhar endemias

de dengue têm causado pânico constante e ceifado vidas – disse, lamentando que essas

doenças ainda sejam problemas para o Brasil no século 21.

Amir Lando informou que nos primeiros 15 dias de 2006 foram registrados 500 casos de dengue em Rondônia, entre os quais duas ocorrências da “dengue neurológica”, uma modalidade mais rara da doença.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu o aproveitamento de mata-mosquitos, lembrando que eles têm ajudado a controlar a disseminação de doenças.

Alberto Silva defende volta dos "exércitos de mata-mosquitos"

O combate à dengue e à malária no Brasil merecem mais atenção dos governantes, afirmou o senador Alberto Silva (PMDB-PI) ontem, em Plenário. Para o senador, os antigos “exércitos de mata-mosquitos” devem voltar a ser usados na luta contra os mosquitos que transmitem tais doenças.

Alberto Silva assinalou que, embora o avanço da ciência ajude a vencer tais calamidades,

falta vontade política para medidas realmente eficazes. Ele propôs a criação de “um exército” para o combate à malária e outro para o combate à dengue.

– É uma vergonha um mosquitinho desse tamanho desafiar uma nação e não se tomar uma providência – protestou.

O senador propôs ainda que os parlamentares levem ao presidente da República sugestões para solucionar o problema.



Alberto Silva quer mais atenção para o combate à dengue e à malária

Em aparte, os senadores Amir Lando (PMDB-RO), Mão Santa (PMDB-PI) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apoiaram o pronunciamento do colega.

Aelton defende plano para reforma de rodovias



Aelton Freitas

Aelton Freitas (PL-MG) defendeu o plano de recuperação de rodovias do governo federal, também conhecido como operação tapa-buracos. Aelton disse que o Ministério dos Transportes espera concluir a operação em seis meses, recuperando 26,5 mil quilômetros de rodovias, beneficiando 24 estados e atendendo a pelo menos 50% da malha sob controle dos estados.

O parlamentar afirmou que a precária situação da malha rodoviária onera em cerca de 6% o custo dos fretes em todo o país e leva à falta de segurança.

– Nas rodovias federais foram registrados 112 mil acidentes em 2004, com 66 mil feridos e 6 mil mortes – frisou.

Motta aponta desperdício de R\$ 440 milhões



João Batista Motta

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou a operação tapa-buracos deflagrada pelo governo nas estradas federais. Ele disse que os R\$ 440 milhões previstos para a emergência estão sendo desperdiçados devido à duração estimada do recapeamento de asfalto, de apenas um ano.

Segundo o senador, todas as licitações para obras em andamento foram suspensas no começo da administração de Lula, para uma reavaliação orçamentária, e, em decorrência dessa decisão, a malha rodoviária foi se deteriorando ainda mais.

– Agora tudo está sendo feito sem licitação. É uma vergonha. Faltam políticas públicas e capacidade de planejamento para este governo – acusou Motta.

Líderes partidários na Comissão Mista querem concentrar esforços para concluir a votação do Orçamento dentro do período da convocação extraordinária

Comissão finaliza a leitura de mais dois relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) completou ontem a leitura dos relatórios setoriais das áreas temáticas de Poderes do Estado e Representação – feita pela relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) – e de Justiça e Defesa, feita pelo deputado Amauri Gasques (PL-SP), também relator. Restam ainda dois relatórios, dos dez apresentados, para serem lidos.

Para a área temática analisada por Lúcia Vânia – que engloba o Ministério Público da União, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e, dentro do Executivo, a Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores –, estão programados recursos de R\$ 33,1 bilhões.

Dos R\$ 6,1 bilhões destinados ao Legislativo, R\$ 2,959 bilhões são da Câmara, R\$ 2,378 bilhões do Senado e R\$ 856,4 milhões são reservados ao Tribunal de Contas da União.

Pavan cobra adoção de Orçamento impositivo

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que o Congresso Nacional tem que encontrar uma maneira legal para garantir a liberação dos recursos pelo governo federal das emendas parlamentares à lei orçamentária. Ele disse que esperava a liberação, ainda ontem, de 20 emendas individuais de sua autoria ao Orçamento do ano passado para atender às necessidades de diversos municípios de seu estado.

– Não poder atender à população é duro para os parlamentares, pois temos compromissos com a sociedade – afirmou, sugerindo a adoção do Orçamento impositivo como solução.

Em aparte, o senador Flexa



Mestrinho (C) discute estratégias para acelerar o exame do Orçamento deste ano

Justiça e Defesa

O Orçamento de 2006 encaminhado ao Congresso pelo Poder Executivo prevê R\$ 40,3 bilhões para Justiça e Defesa. Desse total, R\$ 5,1 bilhões são destinados ao Ministério da Justiça e R\$ 35,2 bilhões ao Ministério da Defesa. Os recursos representam apenas 4,77% do Orçamento Geral da União para 2006, que alcança a cifra de R\$ 845 bilhões. Segundo o relatório de Gasques, a dota-

ção de recursos para a Justiça e Defesa aumentou 26,28% entre os exercícios de 2003 e 2006, enquanto o Orçamento da União cresceu 65,29%.

Os líderes partidários na CMO decidiram concentrar esforços para concluir a votação do Orçamento dentro da convocação extraordinária, até 14 de fevereiro. Uma nova reunião da comissão foi marcada para a próxima segunda-feira, às 19h.



Pavan quer garantir liberação de recursos de emendas feitas à lei orçamentária

Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a convocação do ministro das Cidades, Márcio Fortes, ao Congresso, a fim de que ele também desse explicações sobre a liberação dos recursos de emendas de outros parlamentares e de bancadas

estaduais.

O pronunciamento gerou debate entre os senadores sobre a necessidade de mudança no processo de formulação do Orçamento. Os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Paulo Paim (PT-RS) defenderam o fim da Comissão de Orçamento, argumentando que os relatórios deveriam ser discutidos nas comissões dos temas correspondentes.

Pavan ainda lamentou a aprovação pela Câmara dos Deputados, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que acaba com a verticalização das coligações partidárias. A seu ver, a reforma promoverá uma regressão nas regras vigentes.



Requerimento de José Jorge convidando Alfredo Nascimento foi aprovado na CI

Ministro debaterá tapa-buracos com senadores

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) convidando o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Mauro Barbosa da Silva, para um debate sobre a operação emergencial tapa-buracos, em curso em rodovias de todo o país.

A audiência pública deverá acontecer na próxima terça-feira ou na quinta-feira. Ela poderá ser realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), conforme proposta do senador João Ribeiro (PL-TO). Isso porque a CAE aprovou requerimento semelhante ao apresentado por José Jorge. A possibilidade de reunião conjunta deverá ser discutida com parlamentares da CAE.

O presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), informou ter atendido a um pedido de Alfredo Nascimento ao mudar o requerimento para um convite ao ministro e ao diretor do Dnit. Se fosse mantido o requerimento de convocação, a vinda das autoridades seria obrigatória.

Também foi aprovado requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para a realização de audiência pública com o ministro das Cidades, Márcio Fortes. A intenção é que Fortes preste informações aos parlamentares sobre a liberação de recursos destinados ao ministério. Não há data marcada ainda para a vinda do ministro das Cidades.



Juvêncio leu notícias sobre relatório da CGU sobre corrupção na Funasa

Juvêncio registra denúncia de corrupção na Funasa em MS

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) registrou ontem em Plenário o resultado de investigações da Controladoria Geral da União (CGU) que apontam para atos de corrupção na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Mato Grosso do Sul, por meio de faturamento de contratos.

O senador leu trechos de notícias veiculadas pelos jornais *Correio Braziliense* e *Correio do Estado* que demonstram que as irregularidades foram cometidas no mesmo período em que 29 crianças indígenas morreram por desnutrição e falta de atendimento adequado no estado.

“Ficam a mácula e a prova de que a corrupção é uma espécie de anti-humanismo que transforma pessoas em seres patologicamente perigosos”, leu.

– Análises do TCU e da CGU apontam superfaturamento em contratos assinados pela Funasa, sob comando de Gaspar Fran-

cisco Rickman, indicado por um deputado federal do PT. O governo enviou recursos e cerca de R\$ 5 milhões desapareceram por meio de fraudes e superfaturamento – disse o senador, que ainda acusou o governo federal de desviar verbas de emendas de bancadas para seus aliados.